

Desafios para as lutas LGBTQIA+ em tempos de ofensivas fascistas, ultra neoliberais e imperialistas



Fonte: memoriasindical.com.br

Há menos de um mês realizou-se a grande Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, considerada a maior do mundo há mais de uma década, e com isso um considerável espaço nas mídias, inclusive as burguesas, foi ocupado por diferentes abordagens de temas voltados às pessoas LGBTQIAPN+. Em muitas delas chega-se a uma sensação de termos enormes avanços nos direitos desta população. Mas será que isso é verdade?

É preciso considerar-se que as pessoas LGBTQIAPN+ são, em sua grande maioria, da classe trabalhadora, ainda que certos setores do movimento não tenham isso em conta nas suas estratégias de luta, o que favorece as lamentáveis ideias de “pink money” e de “inclusão pelo mercado”, algo que a história do capitalismo não parece endossar: a lógica do mercado não é de direitos, e sim de privilégios, algo que só pode ser ignorado por quem continua acreditando na proclamação de 1789 na “Revolução Francesa”.

Mesmo nos limites dos “direitos” no capitalismo, podemos avaliar alguns aspectos que são frequentemente apontados como “avanços” da pauta LGBTQIAPN+: o reconhecimento do casamento igualitário, da identidade trans e da criminalização da discriminação contra esta população. Inicialmente é importante ressaltarmos que todos estes direitos foram conquistados através de decisões do Supremo Tribunal Federal, pois embora desde 1995 existam projetos de leis no Congresso Nacional sobre estes assuntos, o Legislativo Federal, por suas maiorias ultraconservadoras, interditou qualquer possibilidade de debate e aprovação.

Sobre o casamento igualitário, apesar de ser legítima a reivindicação de “direitos iguais”, em relação às uniões entre pessoas heterossexuais, devemos avaliar seriamente quais os efeitos concretos na vida da maioria das pessoas LGBTQIAPN+, pois uma mudança jurídica não altera as ideias dominantes numa sociedade, ainda mais em tempos de recrudescimento do conservadorismo religioso.

Não se trata de menosprezar a conquista, mas de compreender corretamente seu alcance e seus efeitos, isso para não entrarmos na discussão sobre as possibilidades de uma instituição patriarcal e patrimonial ter algum caráter emancipatório.

Em relação à identidade trans, ao menos a militância LGBTQIAPN+ deveria ter conhecimento de que apesar da amplitude da decisão do STF – dispensando laudo médico e assistência de advogado (a) – existem ainda enormes barreiras para o exercício deste direito, tais como as burocracias e as absurdas taxas cartorárias, que seriam altas para qualquer pessoa, ainda mais para o segmento desta população que é, sabidamente, o mais excluído

das possibilidades do mundo do trabalho e de geração de renda.

A criminalização da discriminação das pessoas LGBTQIAPN+, a última conquista no STF neste rol, deve ser observada sob dois aspectos: uma norma punitiva e criminalizadora é o melhor instrumento para se combater o discurso de ódio? Grades prendem ideias? O direito penal num estado classista burguês, racista e patriarcal, será mesmo essa fórmula para combater uma opressão milenar? E além disso, como essa criminalização funciona no cotidiano de delegacias de polícia espalhadas por esse “país-continente”?

Precisamos fazer estas reflexões para compreender a responsabilidade das pessoas LGBTQIAPN+ que hoje estão organizadas em coletivos, associações, sindicatos da classe trabalhadora, movimentos sociais e populares como sem teto e sem-terra, e partidos de esquerda, na construção de estratégias que combinem a lutas imediatas, tais como políticas de trabalho e renda emergenciais para as pessoas trans, com o horizonte de transformação radical da sociedade, numa perspectiva socialista.

Para nós LGBTQIAPN+, nesta quadra do tempo histórico, a luta deve se somar a todos os outros segmentos da classe trabalhadora no enfrentamento ao fascismo, ao ultra neoliberalismo e ao imperialismo, pois todos esses são nossos inimigos, e não há outra possibilidade que não o combate diuturno. ★

Paulo Mariante, advogado popular, militante LGBTQIAPN+ no Identidade – Grupo de Luta Pela Diversidade Sexual, de Campinas, dirigente da ABGLT, ativista pelos Direitos Humanos, Saúde e Antiproibicionista, e filiado ao PT



LGBTQIA+ contra a extrema-direita



Fonte: brasildefato.com.br

Durante os primeiros governos petistas (de 2003 a 2016) houve uma grande dualidade:

A) houve uma maior abertura, um diálogo aberto com o movimento LGBT, e pela primeira vez houve a criação de uma série de políticas públicas para esta população (Criação do Brasil contra a Homofobia, Conferência Nacional LGBT, Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos LGBT e a Criação da Secretaria Nacional de Direitos LGBT).

B) falta de enfrentamento mais firme às bancadas conservadoras/extrema-direita, recuos estratégicos em temas polêmicos (não distribuição do kit de combate a LGBTfobia nas escolas) e o baixo orçamento na implementação dessas políticas.

Não houve nenhuma lei nacional específica criada pelo Congresso Nacional para a população LGBT e nem o presidente Lula e nem a presidenta Dilma mandaram algum projeto de lei para o Congresso para que isso fosse minimamente discutido pela sociedade. No âmbito jurídico por decisão do STF houve o reconhecimento da união estável homoafetiva e o casamento civil

homoafetivo pelo STJ (todas em governos petistas).

Já no terceiro mandato de Lula (de 2023 até os dias de hoje) tivemos a recriação do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (com coordenação LGBT), nomeação da Symmy Larrat na coordenação de Direitos LGBT e o apoio ao STF na criminalização à LGBTfobia.

Em 2023, 257 pessoas LGBTQIA+ tiveram morte violenta no Brasil. Isso significa que, a cada 34 horas, uma pessoa LGBTQIA+ perdeu a vida de forma violenta no país, que se manteve no posto de mais homotransfóbico do mundo naquele ano. O dado foi divulgado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), a mais antiga organização não governamental (ONG) LGBT da América Latina. Há 44 anos, a ONG coleta dados sobre mortes por homicídio e suicídio dessa população LGBTQIA+ por meio de notícias, pesquisas na internet e informações obtidas com parentes das vítimas.

O Brasil é o país que mais mata pessoas LGBT no mundo, por isso é necessário que o governo Lula enfrente isso de modo mais incisivo. O governo Lula, para enfrentar a extrema-direita na questão LGBT, precisa pensar e agir em diversas frentes:

1. Criar programas para profissionais da área da saúde para garantir que pessoas trans sejam respeitadas e tenham reconhecida a sua identidade de gênero.
2. Formar professores para garantir o respeito e empatia à população LGBT visando uma sociedade mais tolerante com a diversidade.
3. Criar e apoiar projetos no Congresso em defesa dos direitos LGBT.
4. Propor campanhas publicitárias objetivas e simples que desmintam *fake news* e discursos de ódio contra a população LGBT.
5. Deixar claro que não dá para pensar a questão da pauta LGBT de modo isolado

sem pensar na intersecção das opressões de raça, classe e gênero.

6. Mobilizar o movimento LGBT e o partido para criar projetos de lei em prol da comunidade LGBT (e não mobilizar apenas quando alguém propuser um projeto de lei anti-LGBT).
7. E, por fim, combater os discursos de líderes religiosos que utilizam a religião para disseminar ódio contra a população LGBT.

Adotar este conjunto de ações seria de fundamental importância para o enfrentamento institucional à extrema-direita. No entanto, é imprescindível que os movimentos populares façam a sua parte nas ruas, inclusive para dar o apoio que o governo precisa para ter força nas batalhas institucionais, seja no que diz respeito às pautas LGBTQIA+, seja para que as demais pautas populares possam avançar. ★

Anderson Ferreira, professor e militante da AE e do PT em São Paulo/SP

A batalha final do PED: nossa luta continua!

Neste domingo, dia 13, ocorre a batalha final do PED de 2025, com as eleições no estado de Minas Gerais. Até aqui, a chapa Em Tempos de Guerra, A Esperança é Vermelha conta com uma vaga na Executiva Nacional e trabalhamos para que os militantes do PT/MG depositem sua confiança em nossa política, para que possamos seguir contribuindo na disputa de rumos do Partido no próximo período, na certeza de que nossa luta foi e seguirá sendo muito além do PED. Viva o Partido dos Trabalhadores! ★

